



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PRO-REITORIA DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**TELMA CONRADO PINTO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
E MÉDIO DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE LIMA:**

**Relato de experiência em sala de aula**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2015**

**TELMA CONRADO PINTO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
E MÉDIO DEP JOÃO FERNANDES DE LIMA:  
RELATO DE EXPERIENCIA EM SALA DE AULA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento parcial as exigências para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Wallene de Oliveira Cavalcante

JOÃO PESSOA – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P659e Pinto, Telma Conrado  
Educação inclusiva na escola João Fernandes De Lima;  
[manuscrito] : relato de experiência em sala de aula / Telma  
Conrado Pinto. - 2015.  
45 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,  
Técnico e Educação à Distância, 2015.  
"Orientação: Prof. Ms. Wallene de Oliveira Cavalcante,  
PROEAD".

1. Educação Inclusiva. 2. Política de inclusão. 3. Pessoas  
com deficiência. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

TELMA CONRADO PINTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E  
MÉDIO DEP JOÃO FERNANDES DE LIMA: RELATO DE EXPERIENCIA EM SALA  
DE AULA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual  
da Paraíba - PARFOR como requisito  
para obtenção do título de Licenciatura  
Plena em Pedagogia.

Data de Apresentação: 01/08/2015.

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Wallene de Oliveira Cavalcante

Orientador: Prof. Me. Wallene de Oliveira Cavalcante - UEPB

Regina Cely Nogueira da Silva

Profa. Ma. Regina Cely Nogueira da Silva - UEPB

Naiany de Souza Carneiro

Profa. Ma. Naiany de Souza Carneiro - UEPB

Dedico este trabalho a minha família que sempre mim apoiaram na realização dos meus sonhos, que mim ensinaram a fazer as melhores escolhas, me mostrando que a honestidade e o respeito são essenciais a vida e aos amigos que contribuíram significativamente para a construção do mesmo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Senhor nosso Deus que nos conduz na sua sabedoria; que nos dá oportunidade para que possamos alcançar nossos objetivos e sendo da vontade dele e nossa, objetivos este que nos mostram um grande caminho percorrido e concluído com grande sucesso, e muito rico em nosso lado pessoal e profissional.

Aos professores, ao orientador que me orientou com a maior paciência nele existente, nos conduziu de forma plena e formidável na realização deste TCC.

A todos os alunos de nossa turma do curso de Pedagogia que nos ouviram e junto conosco participaram das atividades em sala, trabalhos que foram realizados em equipe na sala pela colaboração, compreensão e participação de cada um durante o curso.

A minha mãe que me deu uma grande contribuição durante o curso nas horas em que eu mas precisava, nos momentos mais difíceis sempre esteve ao meu lado mim apoiando e mostrando que quando queremos algo podemos conseguir, dedicou alguns minutos de seu precioso tempo comigo.

Agradeço o apoio de toda a família por me incentivar, dando o maior apoio durante todo o curso; que nos momentos difíceis está sempre ao nosso lado nos dando força para continuar a caminhada e não desistir, nos dias de correria sempre nos ajudam de uma forma ou de outra.

Aos amigos sempre um dando força ao outro, e entendendo que somos todos iguais com os mesmos objetivos. Sempre nos apoiando, nos fortalecendo em momentos de fraqueza.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade. É criar ambiente de camaradagem. É conviver, é se ‘amarrar nela’, ora, é lógico...

Que numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz!

É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

*Paulo Freire*

## RESUMO

O objetivo geral deste é analisar a prática dos educadores na sala de aula na modalidade de Inclusão (alunos com necessidades especiais), bem como, apresentar algumas considerações históricas sobre Inclusão. A finalidade deste trabalho é contribuir para novos instrumentos e estratégias que venham melhorar a prática pedagógica dos educadores na sala de aula regular com alunos com necessidades especiais. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima, situada a Avenida São Sebastião nº 182, centro-Capim-PB. Visto que a realização da prática, e da pesquisa ocorrida em sala de aula, vem a dificuldade de dominar uma turma onde 3,8% dos alunos são alunos portadores de deficiência e sentindo a dificuldade optei a entender mas estes comportamentos destas crianças como melhor lhe dar com as mesmas. Proporcionando a socialização e a integração de todos com igualdade, sensibilizar os alunos e toda comunidade escolar, sobre questões Políticas Educacionais Inclusivas, para que os mesmos possam exercer com dignidade sua cidadania, em defesa dos direitos das pessoas com deficiências. A Partir de então conhecer melhor as Leis e os direitos das pessoas com deficiências e reconhecer que o preconceito é uma forma de desrespeito com as pessoas, valorizando as diferenças e assim mostrando a grande importância de ser respeitado independentemente de ser deficiente ou não e compreender que somos todos iguais, cabendo as escolas organizar-se para atender melhor as pessoas com deficiência oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

**Palavra-chave:** pessoas, deficiência, inclusão, educação, política, inclusão.



## ABSTRACT

The aim of this is to analyze the practice of teachers in the classroom in the Inclusion mode (students with disabilities), as well as introduce some historical considerations Inclusion. The purpose of this paper is to contribute to new tools and strategies that will improve the pedagogical practices of teachers in the regular classroom with students with special needs. The survey was conducted at the Municipal School of Elementary and Secondary Education Mr João Fernandes de Lima, located San Sebastian Avenue No. 182, center-grass-PB. Since the completion of practice, and research that took place in the classroom comes the difficulty of mastering a class where 3.8% of the students are students with disabilities and feeling the difficulty opted to understand these behaviors but these children as best you give therewith. Providing socialization and integration of all equally, sensitize students and the entire school community on issues Inclusive Education Policy, so that they can exercise their citizenship with dignity, to defend the rights of people with disabilities. The From then better understand the laws and the rights of persons with disabilities and recognize that prejudice is a form of disrespect to people, valuing the differences and thus showing the great importance of respect regardless of whether disabled or not, and to understand that we are all equal, leaving schools organize themselves to better serve people with disabilities offering conditions for quality education for all.

Keyword: people, disabilities, inclusion, education, inclusion, policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO – 1</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim, segundo o sexo, julho de 2015 .....	28
<b>GRÁFICO – 2</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a idade, julho de 2015 .....	29
<b>GRÁFICO – 3</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim, segundo o estado civil, julho de 2015 .....	29
<b>GRÁFICO – 4</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a situação profissional, julho de 2015.....	29
<b>GRÁFICO – 5</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo o planejamento das aulas, julho de 2015 .....	30
<b>GRÁFICO – 6</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a oferta de Capacitação para lidar com alunos deficientes, ofertados pelo Município, julho de 2015 .....	30
<b>GRÁFICO – 7</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a profissional capacitado para inclusão, julho de 2015 .....	30
<b>GRÁFICO – 8</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a escola esta adaptada a acessibilidade, julho de 2015 .....	30
<b>GRÁFICO – 9</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernandes de Lima em Capim segundo a disponibilidade de material didático pedagógico voltado a inclusão, julho de 2015 .....	31
<b>GRÁFICO – 10</b> – Número de professores da E.M.E.F.M.D.J. Fernande de Lima em Capim segundo a avaliação do desempenho de alunos deficientes, julho de 2015.....	31

**TABELA DE PRINCIPAIS SIGRAS UTILIZADAS**

- ATT** – Atendimento Educacional Especializado
- FUNAD** – Fundação Centro Integrado de Apoio ao Deficiente
- SRM** – Sala de Recursos Multifuncionais
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento
- CEE** – Conselho Estadual de Educação
- TIC** - Tecnologia de Informação e Comunicação
- PNAIC** – Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa
- PET** – Programa de Erradicação do Trabalho
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- PNEE** – Política Nacional de Educação Especial

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. A Educação Inclusiva na Escola João Fernandes de Lima .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Inclusão de alunos com deficiência.....</b>	<b>17</b>
<b>3. Educação Inclusiva – Fundamentos Legais.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1.A Construção da Sociedade Inclusiva no uso das tecnologias.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2.Inclusão e preconceito na escola.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3.Políticas Públicas e Inclusão Social.....</b>	<b>23</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO LOCAL DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1.Educação Inclusiva: Relato de Experiência.....</b>	<b>31</b>
4.1.1. Relato de experiência diante da educação inclusiva na Escola João Fernandes de Lima.....	32
<b>5. Educação Inclusiva, uma visão sobre as necessidades dos docentes.....</b>	<b>34</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>7. REFERENCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>39</b>
<b>Anexo A.....</b>	<b>40</b>
<b>9. APÊNDICE.....</b>	<b>43</b>
<b>Apêndice A - Questionário.....</b>	<b>44</b>
<b>Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No mundo de hoje a escolarização de alunos com algum tipo de deficiência ou algum tipo de transtornos que dificultam seu desenvolvimento é um desafio para a sociedade educativa. As escolas não estão apropriadas para receberem crianças com necessidades especiais, diante disso o profissional de educação tem a dificuldade para atender este público, neste sentido a escola tem por obrigação de oferecer formação continuada para que este docente possa vencer seus desafios e melhor atender crianças com necessidades especiais.

Segundo (MIRANDA et al, 2012) é um direito de todos e a formação continuada é uma forma que o docente tem de adquirir novas práticas pedagógicas, para que a escola possa oferecer um ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais é preciso que seja feita uma reforma política educacional pública, que garanta ao educador o direito ético de uma formação de qualidade que seja preciso assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, para que possa atender as necessidades da aprendizagem de cada estudante, levando em consideração a sua diversidade. Cabe também a reflexão de que a formação docente qualificada pode muito, mas não pode tudo. Há que se pensar em outros aspectos macro que configuram os sistemas de ensino e as condições de trabalho docente. (MIRANDA et al, 2012, p. 21)

A criança que apresenta necessidades especiais diz-se aquelas que quando os seus mecanismos psicológicos são formados a partir da inadaptação e da insuficiência, ou seja, uma criança que sente a dificuldade de se encontrar e ser compreendida com as pessoas as quais as rodeiam. É através da aprendizagem que ela tenta buscar o seu desenvolvimento com a forma de se expressar, a linguagem tem a função de regular quando ele faz-se presente em um ambiente diferenciado do seu mundo.

Quando falamos sobre Educação Inclusiva, Martins (2008, p.11), relata que:

A educação, sob o enfoque inclusivista, cada vez mais é percebida como uma questão de direitos humanos, sendo a escola desafiada a mudar, de forma a atuar de maneira adequada e produtiva com a diversidade do alunado, dando respostas educativas de melhor qualidade para todos.

Portanto a escola tem um papel importante ao acolher este aluno, ela precisa suprir as necessidades do educando para que ele possa se interagir na comunidade escolar, podendo torna-se fundamentalmente importante no seu cotidiano educacional.

Pois segundo Martins (2008, p.13) a inclusão escolar não se resume na mera inserção física desses alunos na escola ou na garantia da sua matrícula numa turma. Conforme Silva (2008, p.145) Aprender a conviver com outras pessoas com habilidades e competências diferentes é, pois, uma condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, tais como: respeito ao outro, compreensão no sentido de igualdade e diferença, solidariedade e cooperação.

Todo ser humano possui a capacidade de sentir e, conseqüentemente, de conhecer os sentidos, as formas e totalidades daquilo que está posto ao seu redor ou as suas mãos. Estudar o desenvolvimento humano significa conhecer as características comuns de uma faixa etária, permitindo-nos reconhecer as individualidades, o que nos torna mais aptos para a observação e a interpretação dos comportamentos. (SANTOS, 2011)

Com isto podemos perceber a importância da criança conhecer e compreender o quanto são importantes, os recursos trabalhados deixam também que eles tenham a liberdade de expressar e compreender que eles são capazes e com o aperfeiçoamento dos professores traz novos conhecimentos e consiga passar, transmitir melhor os conhecimentos.

## **2. A Educação Inclusiva na Escola João Fernandes de Lima**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima, localizada a Avenida São Sebastião nº 182, centro – Capim/PB. O nome da escola é uma homenagem ao deputado Federal João Fernandes de Lima. Ela foi criada pelo Decreto Municipal nº 29/88 de março de 1988, com recursos do MEC/FNDE através do projeto (EDURURAL), na gestão do prefeito constitucional da cidade de Mamanguape, Gustavo de Lima Sobrinho, na época Capim era Distrito de Mamanguape. Foi posteriormente, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba (CEE), pela Resolução nº. 120/99. A referida escola foi criada para atender as necessidades da comunidade do Distrito de Capim e zonas rurais adjacentes, que tinham dificuldades de desloca-se para a vizinha cidade de Mamanguape.

A partir do ano de 2006 a escola ganhou uma sala de recursos para atender as pessoas com deficiência e através do informe do censo escolar de 2005 com o recebimento destes dados dos alunos com necessidades especiais, que a escola passou a receber recursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a Sala de Recursos Multifuncional (SRM).

Segundo o (PPP, 2014, p. 21) a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dep. João Fernandes de Lima ela assegura o processo de inclusão de estudantes, com isto a educação especial tem com suas mudanças no processo educativo, e assim comprometer-se a uma escola de qualidade para todos, com espaço em que as práticas pedagógicas é vista e compreendida como uma forma de igualdade onde compreende-se a importância de ser um cidadão incluído em uma sociedade justa e que contribuem e integram em uma comunidade.

A escola democrática onde está comprometida com aprendizagem e o crescimento do aluno que ali atuam, a mesma busca pelas transformações, pelas informações e por saberes que venham de forma que possa suprir as necessidades do aluno. Na escola são desenvolvidos programas os quais o Governo Federal oferece, entre eles estão MAIS EDUCAÇÃO, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e Programa de Erradicação do Trabalho (PET), os alunos também tem uma complementação educacional, participam de atividades externas onde disputam com outras escolas de FUTBOOL e VOLEIBOL. Os alunos de inclusão têm atendimento externo, faz encaminhamento à Fundação Centro Integrado de Apoio ao Deficiente (FUNAD) . Onde la eles recebem o apoio de profissionais: Instrutor, Tradutor/Interprete de Libras, guia Interprete, bem como cuidador. Eles passam a frequentar a partir da necessidade, por meio de ofício a Secretaria Municipal de Educação (SME) .

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) a Educação Especial da escola é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibilizam de recursos e serviços e realiza Atendimento Educacional Especializado (AEE) de formar complementar ou suplementar contribuindo para a formação dos alunos que constituem o seu público alvo.

Na escola compreende-se como Educação Especial os alunos com: deficiência física/motora, intelectual e sensorial (a ausência dos sentidos, audição e visão). O sistema de ensino diz que a escola deve matricular todos os alunos, cabendo a escola organiza-se para atender as pessoas com necessidades especiais, oferecendo-as condições necessárias para uma educação de qualidade e igualdade, conforme diz a Lei 7.853/89, no seu artigo 8º, Inciso I, que assegura e constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa a

recusa, suspensão e, ou cancelamento da matrícula de estudantes com deficiência, por este motivo a escola vem efetivar a matrícula em classe comum de ensino regular destes alunos com necessidades especiais.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) funciona na própria escola, a escola dispõe dos serviços do Atendimento Educacional Especializado com a mesma finalidade de acolher estas crianças, na escola elas tem o apoio e acompanhamento com a professora Maria Zilda Medeiros que acolhe estas crianças.

A escola funciona em três turnos, atendendo atualmente apenas alunos do Ensino Fundamental I e II. No total de 22 (vinte e duas) turmas atendidas, com 727 (setecentos e vinte e sete) alunos matriculados. Destes alunos 45 (quarenta e cinco) apresentam algum tipo de deficiência, estes alunos com deficiência frequentam salas regulares e em um contra turno frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

De acordo com os 45 (quarenta e cinco) alunos com deficiência, equivale a 6,2% dos alunos matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado João Fernandes de Lima, estão definidos da seguinte forma:

NECESSIDADES ESPECIAIS	QUANTIDADE
Deficiência Mental/Intelectual- (leve/moderada/severo)	42
Deficiência Física	1
Deficiência Auditiva/Sensorial- (surdo/mudo)	1
Deficiência Múltipla- (intelectual/física)	1
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Para se ter uma melhor compreensão e passando a entender a realidade educacional inclusiva, a qual demonstra a escola estudada, analisamos detalhadamente a parte que nos chama mais a atenção, devido ao seu grande número é a deficiência mental (intelectual) como podemos perceber na escola existe um grande número de crianças com este tipo de deficiência.

Brandão (2012) relata que:

A deficiência intelectual ou atraso mental é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no seu desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal, relacionamento social e habilidades acadêmicas. De acordo com a



organização Mundial de saúde, em sua classificação desde 1976, as pessoas com este tipo de deficiência eram classificadas como portadores de deficiência mental: leve, moderada, severa e profunda, (BRANDÃO, 2012, p.05.)

Conforme o autor esse tipo de deficiência é uma das realidades encontrada na escola em estudo, como já foi citado, é o índice de deficiência mais alto encontrado na escola.

De acordo com pesquisas e estudos em Mudanças do BPC – Lei. 12.470/31 de agosto de 2011, podemos definir que a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo (pelo menos 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. A deficiência hoje faz parte de alguma forma da condição humana. Podemos através do estudo compreender que todas as pessoas possuíram uma deficiência temporariamente ou permanentemente que poderá ocorrer de algum modo em algum momento de suas vidas, e a maior parte das grandes famílias possui um familiar deficiente, nestes casos as participações, as contribuições e a ajuda dos parentes não deficiente é de grande importância.

O que hoje chega a ser fato constrangente é que a pessoa com deficiência não tem, o que é de grande importância é o acesso igualitário a assistências médica, educação e oportunidades de empregos e mais, sofrem com as exclusões durante a prática das atividades da vida cotidiana.

Rocha (2009) A sociedade, no seu cotidiano precisa se adaptar as necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade. A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional e questionada. Podemos perceber que durante as últimas décadas a existência de movimentos das pessoas com deficiência e junto com alguns pesquisadores através dos estudos a pessoa com deficiência, identificou-se a presença das barreiras físicas e sociais para a deficiência e isto afetaram muito na vida diária destas pessoas.

Um fator que constata causar um enorme impacto são os ambientes onde são inaceitáveis, que existem as barreiras a participação e inclusão, nestes pontos negativos podemos incluir:

I - Aluno sem interprete de libras em sala de aula.

II - Cadeirante em prédio sem banheiro ou elevador acessíveis ao seu tipo de necessidades.

III - Cegos usando computadores sem software de leitura de tela adequada.

As crianças com deficiência estão regidas pelas leis tem o direito a acessibilidade, e as escolas deverão criar condições que venham a favorecer o desenvolvimento desses alunos.

Apesar da ausência de estudos, no Brasil, que possibilitem uma visão geral de como se encontram as condições arquitetônicas das escolas para a inclusão do aluno com deficiência física, acreditamos que a realidade que for constatada é a mesma da grande maioria das instituições escolares, em nível nacional. (MARTINS, 2008, 49)

A realidade da escola em estudo não é diferente do apresentado por Martins (2008) a mesma se encontra sem rampas de acesso para cadeirantes, banheiros adaptados, entre outros recursos necessários para melhor atendimento.

## **2.1. Inclusão de alunos com deficiência**

Podemos entender que a educação é o alicerce principal e muito importante na vida, com a educação podemos perceber que há uma transmissão e a ampliação da cultura de cada pessoa a qual faz parte deste processo constrói saberes e faz com que a pessoa cresça como cidadão e isto venha a ser transmitido as outras pessoas as quais se encontro em um ambiente espaço. O grande papel, a função social diz 'que deve haver uma transformação onde possa visar a construção de um espaço de igualdade onde todos possam se entender e se compreender, observando que a educação escolar tem uma tarefa grande em relação a diversidade, ela trabalha com todos em um fator de crescimento no processo educativo.

BRASIL, (2001) Antes os atendimentos para com as crianças com necessidades especiais eram simplesmente trabalhados individualmente, ou então eram excluídas, com o progresso a frente do Ministério da Educação foi-se trabalhando para que este papel se evertesse e havendo uma mudança onde a escola seja um ambiente de igualdade, onde todos se encontrassem em um espaço seguro e que a escola seja uma escola de qualidade. Junto ao Ministério da Educação a Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, instituídos pela Resolução nº 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, juntos conquistaram um grande avanço e atenção a diversidade na educação.

A Educação, sob o enfoque inclusivista, cada vez mais é percebida como uma questão de direitos humanos, sendo a escola desafiada a mudar de forma de forma de atuar de maneira adequada e produtivas de melhor qualidade para todos. (MARTINS, 2008, p. 11)

Segundo MELO, (2008) as mudanças no processo da construção no meio educacional, tem uma grande visão possibilitando e mostrando que a inclusão é de grande importância e tem um significado muito grande não apenas para a criança com deficiência, mas para com as crianças que não possuem deficiência, toda a comunidade escolar, pois com isto vem permitir que a escola valorize a função social, trazendo o crescimento, não so apenas para conhecimentos educacional, mas também passando para elas a importância dos valores os quais são respeito as diferenças, solidariedade, justiça ao exercer sua cidadania.

É desencadeada nos alunos, em geral uma consciência sobre a importância de atitudes de solidariedade, de aceitação dos colegas, assim como se desenvolver um trabalho na escola sobre respeito as diferenças. Tudo isso é efetivamente vivido na escola, pois observamos que os colegas se ajudam mutuamente, criando, um ambiente harmonioso. (BARBOSA, 2008, p. 64)

De acordo com o autor ele fala da importância de compreender que a inclusão escolar ela não está resumida em so acolher crianças com necessidades especiais em uma escola regular, a criança precisa encontrar na escola um ambiente afetivo, onde a convivência seja coletiva e que neste ambiente eles consigam compreender a importância de aprenderem os conhecimentos, valores de uma sociedade e assim eles consigam avançar na sua aprendizagem e em seu desenvolvimento pessoal.

### 3. Educação Inclusiva – Fundamentos Legais

Atualmente, várias Leis Internacional e Nacional que asseguram a educação inclusiva, entre eles destaca-se, a Declaração de Salamanca, editada pela UNESCO em 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro de uma Pedagogia capaz de atender as suas necessidades. A Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto N° 3.956, de 08 de outubro de 2001, que “tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”. A Convenção da Organizações das Nações Unidas (ONU) de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto N° 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece que os Estados Partes assegurem e promovam a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência.

Em 1999, o Decreto n° 3.298, que regulariza a lei 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, define a educação como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

No contexto Federal, destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 em seu Art. 208 determina que seja dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”, no parágrafo 1° “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que: “[...] a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificando para o trabalho assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. (BRASIL,1990, p22).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL,2001).

O Ministério da Educação cria Programa Educação Inclusiva: direito a transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promovem um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade (BRASIL,2003).

### **3.1. A Construção da Sociedade Inclusiva no uso das tecnologias**

O debate sobre Inclusão Social tem sido destaque no final do século XX e no início do século XXI, pois presenciamos uma revolução científica e tecnológica, que ainda invadem os dias de hoje.

Na antiguidade as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram como excluídas da sociedade e eram dadas como deformadas, não podiam conviver no meio social. Essas crianças eram jogadas em lugares como esgotos e outros lugares que não pudessem ter contato com a sociedade, também aquela que não tinha o corpo perfeito eram denominadas como demoníaca.

Segundo (SANTOS e PEQUENO) no período imperial as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, eram ridicularizadas pelo Estado e pela própria família e as vezes eram utilizadas como bobo das cortes, para servir de diversão para os reis e seus convidados. Já na Idade Média, essas pessoas viviam isoladas da sociedade, seus familiares os colocavam em asilos. Mais a partir de 1954 essa situação foi tomando um novo rumo e para melhor surgiu a criação de duas escolas residências para colher pessoas com deficiência auditiva ou visual, ela foi denominada como Instituto Benjamin Constant e o outro foi o Instituto Nacional de educação para surdos.

Em junho de 1994, dirigentes de mais de oitenta país se reuniram na Espanha para assinar a Declaração de Salamanca. A referida declaração proclama que as escolas de ensino regular inclusivas sejam mais eficazes ao combate a esse tipo de discriminação, que as

pessoas com deficiência sejam respeitadas igualmente qualquer outro ser humano. Daí por diante a educação especial foi marcada por grandes avanços, pois ela passou a fazer parte integrante do sistema educativo de ensino e passou a ter seu próprio regulamento educacional, denominado Política Nacional de Educação Especial (PNEE), pautada no Plano Decenal de Educação para todos. Após todos os preconceitos que essa classe social sofreu (pessoas com deficiência), o Brasil e o mundo conseguiu refazer essa história, dando-lhe o direito de ir e vir, sem se deparar com tantos preconceitos.

Os autores afirmam também que as tecnologias de comunicação e informação abrangem todas as atividades desenvolvidas na sociedade, pelos recursos que ela oferece aos portadores de necessidades especiais. A inclusão social e digital da pessoa com deficiência deverá ser percebida e incluída nesse mundo digital, através de um olhar pesquisador, respeitando a democratização da comunicação, para a construção de uma sociedade inclusiva.

A acessibilidade ao conhecimento digital, será uma ferramenta que vai proporcionar ao incluído digital maximizar o tempo e suas capacidades que será desenvolvida com o uso do computador, a informática vai representar uma linguagem importante, e vai servir de suporte para desenvolver melhor as suas condições de vida no mundo digital para esse educando. (SANTOS, 2011, p.77). A inclusão digital nos dá a possibilidade de comunicar a concepção que temos das coisas, através de procedimentos como compartilhar informações úteis para própria pessoa com deficiência familiar.

A pessoa inclusa pode adquirir maior independência através de atividades digitais, usando a internet ele pode encontrar várias páginas de muita importância, direcionada a serviços de órgãos educacionais de recursos tecnológicos destinados a pessoas com deficiências. Por isso a necessidade de incluir digitalmente as pessoas com necessidades especiais é tão importante para o mundo virtual. Portanto a informática nos mostra que ela vai além de uma significação simbólica, é uma forma de inserir essa pessoa no meio social, para que elas possam conquistar seus anseios, seus sonhos, ou seja, ultrapassar os obstáculos físicos, tornando seus sonhos reais, descobrindo e conhecendo um novo mundo, através das novas tecnologias.

A inclusão social dispõe de um fator fundamental para o desenvolvimento e o crescimento da sociedade brasileira, hoje se busca condições para que os educadores estejam permanentemente informados do processo educacional as necessidades, onde as pessoas com deficiência consigam e tenham condições a estes acessos e que possam haver possibilidades

dos contatos com a tecnologia de informação e comunicação (TIC). (GALVÃO, et al, 2009) É fato que o ambiente computacional tende, cada vez mais, a torna-se uma fonte de informação preponderadamente e um fator determinante da educação na sociedade atual.

É grande a importância que a sociedade venha adaptar-se as necessidades quando tratamos de pessoas com deficiência, proporcionando-as espaços de igualdade onde haja respeito e aceitação destas pessoas as quais estão inseridas em um ambiente educacional.

### **3.2. Inclusão e preconceito na escola**

As pessoas com deficiência no espaço que estão se encontram muitas vezes sem aceitação das pessoas que rodeiam, tem vivido, tem predominado, sob o sinal da marginalidade onde são vistos de uma forma que podemos dizer “preconceito”, onde o desrespeito a ausência dos direitos garantidos, a falta de compreensão das pessoas as quais as cercam, a falta de entendimento, vendo-as como pessoas incapazes e inútil, estas são as marcas presente e fortes que hoje podemos perceber, tudo isto se resumindo e compreendendo como pessoas sem potenciais nem tom pouco capazes de assumir quais quer que seja a ação.

Na sociedade o processo de preconceito se manifesta em diversas categorias, hoje percebemos de forma clara que o preconceito está não so no deficiente, pessoas com necessidades especiais, mas também a mulher, o negro, o homossexual, com isto percebemos que o preconceito não está apenas nas características, o preconceito esta mas para o preconceituoso, afetos diversos relacionados a conteúdos psíquicos distintos, para cada um deles porem visto todos com a mesma impossibilidade.

O grande desafio também existente é o medo de não sermos aceitos, achando-se inferior, e de lidar com os conflitos, os quais podemos nos deparar ao longo da vida, quando a existência, e a vontade de se encontrar em uma sociedade em um espaço é grande. Daí então podemos chegar a uma conclusão que quando o indivíduo que começa passar por um processo onde ele consiga se socializar, se adaptar a uma sociedade ele consegue se encontrar. O preconceito é visto como uma limitação humana, com a ausência do conhecimento e ante experiência, é de grande importância que os espaços sejam de acesso a todas as pessoas, os espaços normais a todos, uma escola inclusiva onde seja o lugar ideal onde todos consigam se encontrar com igualdade.

É essa visão, portanto, que não podemos mais cultivar. Precisamos vê-las como pessoas que precisam de atenção e cuidados, sim, mas direcionados para exercício de seus direitos de cidadão, direito de exercer a sua condição de criança, de adolescente, de adulto autônomo, mesmo vivendo numa sociedade preconceituosa, que sempre negou, e ainda nega, seus direitos (BARBOSA, 2008, p.76)

Assim como afirma o autor é necessário que haja um currículo que através do mesmo possa permitir que o aluno encontre seu espaço, o seu próprio desenvolvimento pessoal, quando falamos de inclusão não queremos dizer que os indivíduos devam ser idênticos, mas, sim, respeitados na sua forma singular de perceber o mundo que o cerca e assim aprendendo a conviver com pessoas diferentes podendo criar condições necessárias onde reine o desenvolvimento de valores éticos vistos como respeito ao próximo, compreensão no sentido da igualdade, da diferença, da solidariedade da cooperação.

### **3.3. Políticas Públicas e Inclusão Social**

A inclusão Social de estudantes com deficiência nas escolas públicas brasileiras diante das dificuldades enfrentadas por estes alunos e por suas famílias vem se tornando cada vez mal visível diante de nosso olhar, por isso é preciso fazer uma reflexão nas políticas públicas de educação inclusiva em relação as práticas sociais no contexto educacional. Apesar dessas dificuldades enfrentadas faz-se necessário pensar nas possibilidades já existente e assegurar a inclusão de pessoas com diferentes tipos de necessidades no contexto educacional, tendo em vista contradição entre uma ideia democrática e a realidade social em que vive.

Perante estas dificuldades o governo Brasileiro tem buscado novas estratégias para oferecer uma educação de qualidade através de projetos, leis e dados materializados em ações concretas através de programas especiais, como: cursos de capacitação para professores, reestruturação de espaços físicos da escola, entre outros setores públicos.

A inclusão no âmbito das Políticas Educacionais, é vista como uma política pública que resultam na ação humana definida e implementada em estreita vinculação com o contexto sócio político, econômico e cultural. [...] (DUBOC, 2012, P. 480)

O mesmo autor afirma que Política Educacional direcionada a inclusão de pessoas com deficiência está ligada a uma sociedade justa, com isto é garantir os direitos destas



peçoas as escolas públcas regulares e também o atendimento especial de acordo com as diferenças e as necessidades relativas a condições de cada um.

Para CAVALCANTI (2008) a inclusão social é visto de uma forma onde a participação de todos na sociedade, expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social, fundamentada nos princípios de uma sociedade democrática e na compreensão plural da diversidade humana.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO LOCAL DA PESQUISA**

O local de estudo é a Escola Municipal Deputado João Fernandes de Lima, localizada a Avenida São Sebastião nº 182, centro – Capim/PB. A mesma situada no centro da cidade o alunado da referida escola tem por sua maioria crianças carentes e que vem de uma grande desestrutura familiar. Buscando verificar e identificar a visão pedagógica da escola e compreender como a escola está vivenciando o processo de inclusão e de que forma os professores participam neste processo, foi realizado através de um roteiro de entrevista semiestruturada dirigida aos professores da rede municipal de ensino que atuam na escola no turno da manhã, participaram todos os professores do ensino fundamental – I, no total de 08 (oito).

A entrevista por meio das perguntas tem também como objetivo Geral Identificar a visão pedagógica da escola e compreender como a escola está vivenciando o processo de inclusão e de que forma os professores participam neste processo, definir, frente a frente com o respondente e dentro de uma interação social, podendo compreender melhor a real história de cada um, o que pensam, o que acham e o que sentem referente ao tema tratado, pode se notar durante a entrevista que os professores entrevistados tem uma visão sobre educação inclusiva de uma educação que busca atender as necessidades educativas atendendo sujeitos alunos, em sala de aula onde pode-se desenvolver a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal com igualdade.

Acreditamos que, no contexto da educação inclusiva, o papel primordial do professor é de buscar descobrir o estilo individual de aprender de todos os alunos, trabalhando as suas possibilidades, bem como as suas habilidades, para assim poder gerir mudanças nas técnicas de ensino, pois nenhuma criança é tão igual ou diferente que necessite aprender em lugares segregados. CAMELO, 2008, p.96.

Segundo o autor afirma que é de grande importância que o professor tenha sensibilidade em relação ao seu trabalho em sua ação, em sua estratégia de uma forma que atinja o alunado indistintamente.

Após análise dos questionários preenchidos pelos professores chegou-se ao seguinte resultados.

<b>Nº</b>	<b>PERGUNTAS</b>	<b>TOTAL DE PROFESSORES ENTREVISTADOS</b>	<b>RESPOSTAS</b>
I	Sexo	8 (oito)	Apenas 2 dos professores são do sexo masculino e 6 do sexo feminino
II	Idade	8 (oito)	As idades variam de 24 anos de idade a 50 anos
III	Estado civil	8 (oito)	Sendo 4 casados, 3 solteiros e 1 viúvo
IV	Situação profissional	8 (oito)	Sendo a situação profissional 7 concursado efetivo, apenas 1 contrato Temporário
V	Faz planejamento para ministrar as aulas	8 (oito)	Dos professores entrevistado 6 deles fazem planejamento semanal, 2 não fazem planejamento semanal fazem mensal.
VI	O município oferece cursos de aperfeiçoamento para que os professores consiga lidar com crianças que tem necessidades Especiais	8 (oito)	todos responderam NÃO, no total de 8 professores, o município não oferece cursos.
VII	O professor está preparado para lidar com inclusão	8 (oito)	5 dos professores responderam SIM e 3 três responderam que NÃO.
VIII	A sua escola está adaptada com acessibilidade para acolher estas crianças com necessidades especiais	8 (oito)	Todos responderam NÃO, no total de 8 professores, a escola não esta adaptada a acessibilidade
IX	A escola disponibiliza de materiais didáticos para ser utilizados com as crianças com necessidades especiais	8 (oito)	4 responderam NÃO e 4 responderam SIM
X	Como você avalia o desempenho de seus alunos com necessidades especiais	8 (oito)	6 responderam considerar abaixo da média o desempenho do seu aluno com necessidades especiais e 2 responderam o desempenho está na média

Durante a entrevista pode-se notar que existe na escola uma maior parte de professores do sexo feminino, entre eles estão com idades entre 24 a 50 anos de idade, tendo estado civil apenas 1 (um) viúvo, 4 (quatro) casados e 3 (três) solteiros, sendo apenas 1 (um) de contrato

temporário e 7 (sete) concursado efetivo. Uma parte dos professores realiza planejamento semanal sendo 6 (seis) e apenas, 2 (dois) realizam planejamento mensal. É de grande importância a realização do planejamento das aulas para que o professor consiga sentir-se melhor seguro ao ministrar suas aulas.

Segundo CASTRO (2008, p.51) O ato de planejar acompanha o homem desde os primórdios da evolução humana. Para INFORSATO (2011) Planejar significa ser o ato de se pensar na situação partindo de objetos e, mentalmente, de projetar ações para que estes sejam alcançados. Desse ato prospectivo, ato mental com afirmamos, deriva-se um plano ou um projeto.

MARTINS (2012) afirma que a formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade de ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também a sua formação continuada de acordo com os princípios de atenção a diversidade. Em Tunes, (2005, p. 695) [...] O processo de ensinar e aprender, visto como unidade, parece, de fato, constituir um desafio à permanência da mesmice.

Diante das entrevistas com os professores 5 (cinco) dizem estar preparados a lidar com inclusão e apenas 3 (três) dizem não estão preparados.

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitem uma leitura crítica da realidade de alicercem projetos que vivem a transformação. (MIRANDA, 2012, p.19).

Segundo PIMENTEL (2012), A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. Quando falamos em estar preparados, podemos também pensar será que a escola está preparada adequada a atender estas crianças que tanto necessitam de apoio e de seus direitos adquiridos, podemos perceber que durante a entrevista que todos os professores responderam que a escola não está adaptada com acessibilidade a acolher estas crianças, e quando falamos sobre se a escola oferece materiais didáticos para trabalhar com crianças que tem necessidades especiais 4 (quatro) respondem que sim e 4 (quatro) respondem que não.

Mas afinal, qual o conceito apropriado deve estar relacionado a importância dos materiais didáticos e a acessibilidade?

Camelo (2008, p.112) relata que:

É necessário dotar a escola com os recursos materiais e didáticos indispensáveis ao processo educacional, para realizar adaptações arquitetônicas do prédio escolar de forma a tornar possível a utilização de todo o ambiente pelos educandos (construção de rampas, elevadores, banheiros adaptados etc.)

E sobre o desempenho de de seus alunos em sala de aula 6 (seis) professores entrevistados avaliam desempenho abaixo da média e 2 (dois) avaliam está na média.

Para SANTOS (2002) os conteúdos, objetivos, avaliação entre outros, são alguns aspectos com os quais o professor deve estar atento ao planejar suas aulas. É na sala de aula, porém, que o professor coloca em prática as ações que planejou. Nesse contexto, os métodos utilizados pelos professores tornam-se mais visíveis podendo caracterizar a sua atuação enquanto docente.

Podemos observar os resultados das entrevistas por meio dos gráficos da seguinte forma:

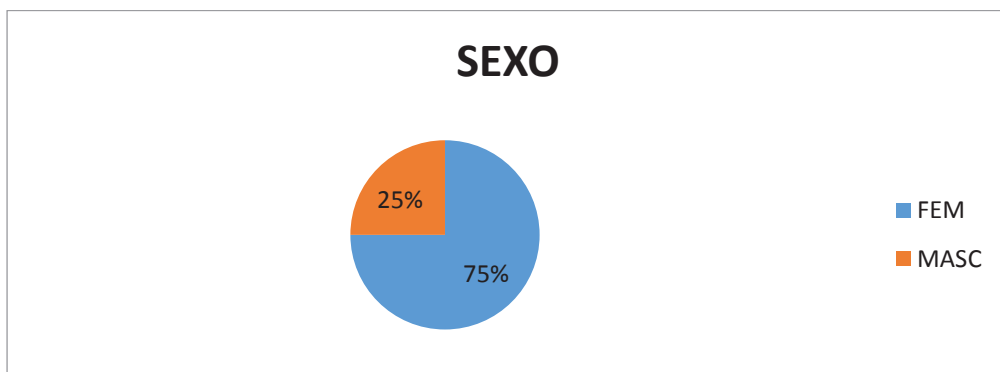


Figura 1 SEXO

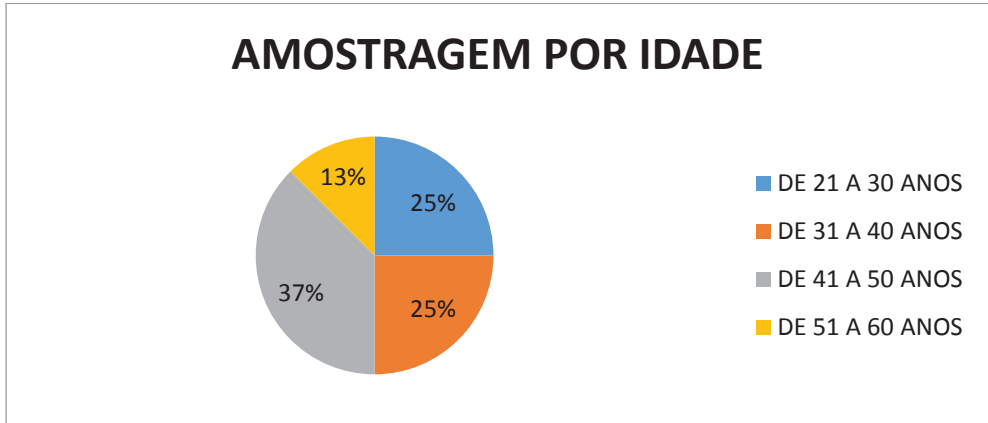


Figura 2 AMOSTRAGEM POR IDADE

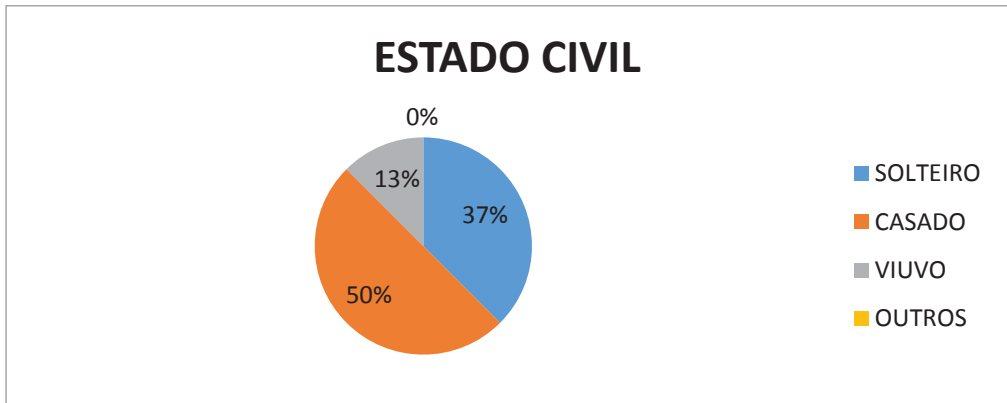


Figura 3 ESTADO CIVIL

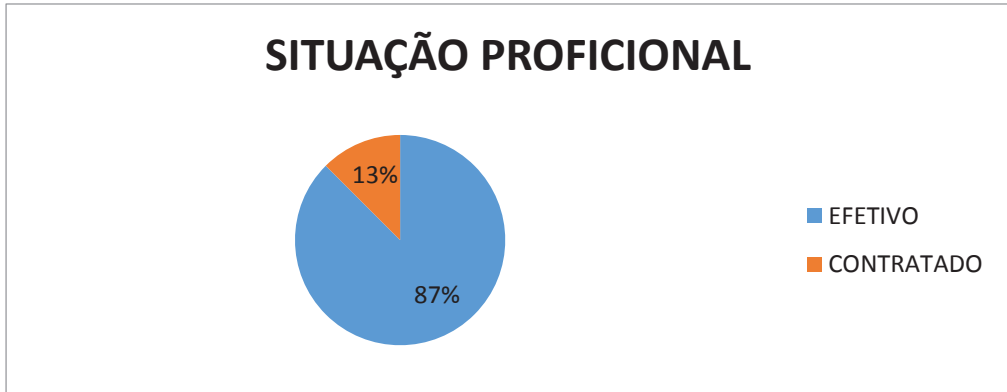


Figura 4 SITUAÇÃO PROFISSIONAL

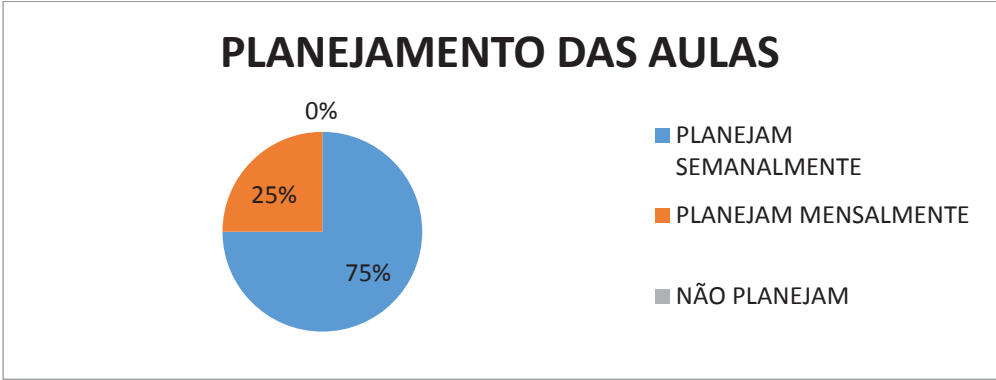


Figura 5 PLANEJAMENTO

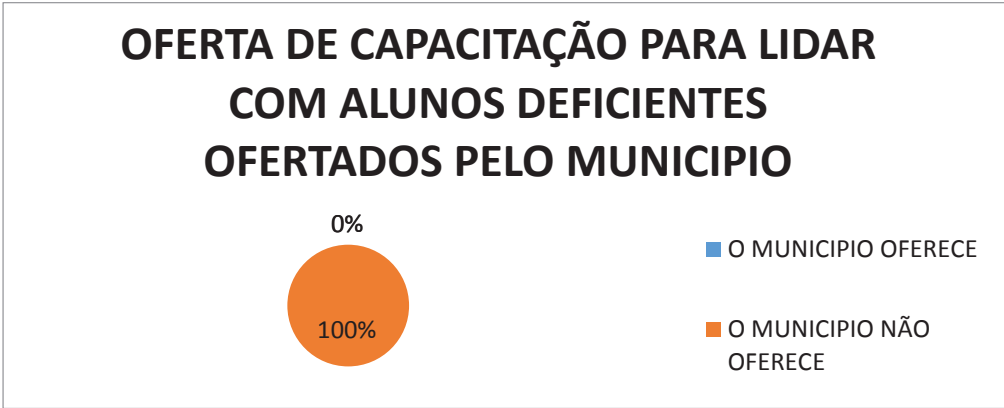


Figura 6 OFERTA DE APERFEIÇOAMENTO

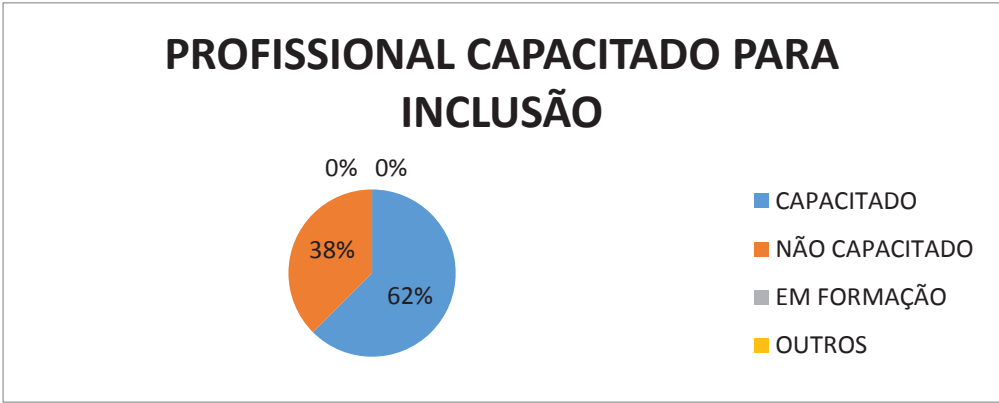


Figura 7 PROFISSIONAL CAPACITADO

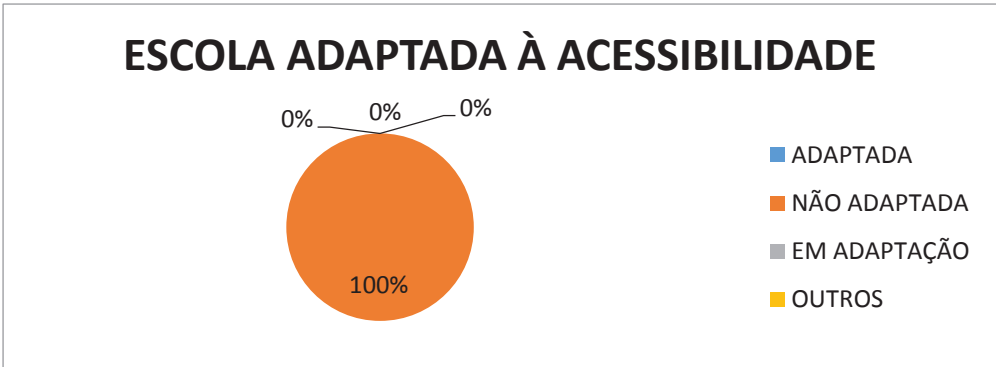


Figura 8 ESCOLA ADAPTADA

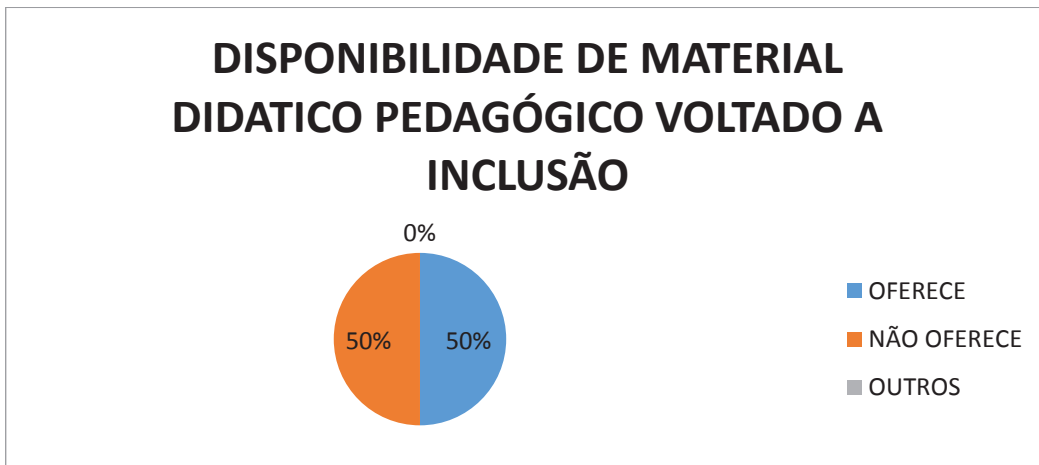


Figura 9 MATERIAL DISPONIVEL

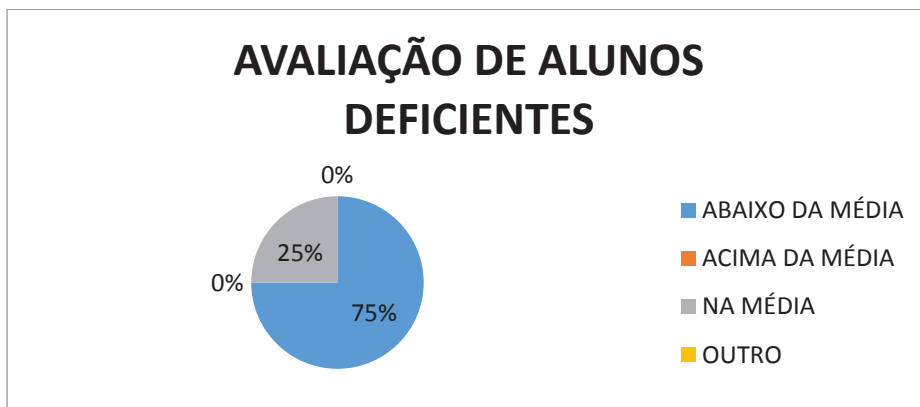


Figura 10 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS

#### 4.1. Educação Inclusiva: Relato de Experiência

Durante todo o passar dos anos o processo de inclusão de alunos nas escolas públicas veio sofrer grandes mudanças quando falamos em políticas públicas. Houve um grande movimento a favor destas crianças portadoras de necessidades especiais, a “integração” isto é o que se diz unir estas crianças em salas regulares.

Para ensinar a turma toda, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, temos de passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialogo, interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transparência unitária, individualizada e hierárquica do saber. (BORDAS, 2009, p.83.)



Para ensinar uma turma de alunos diversificada é preciso seguir o pensamento de Bordas (2009), o professor precisa de dialogo individual e agir com hierarquicidade de forma que possa beneficiar com igualdade e transparência.

#### 4.1.1. Relato de experiência diante da educação inclusiva na Escola João Fernandes de Lima.

Sou professora de uma turma do 3º ano do ensino fundamental I, onde de 25 (vinte e cinco) alunos, 7 (sete) são crianças com algum tipo de deficiência. Durante toda minha vida profissional não tinha presenciado um cenário o qual estou vivenciando atualmente, o grande número de crianças com deficiência no ambiente educacional. A faixa etária de



idade muito diferente uma da outra, a falta de acompanhamento e participação da família na escola, tornando assim ainda mais difícil. A preocupação grande para com eles é de não conseguirem acompanhar as outras crianças, na hora do planejamento da aula vem a preocupação. Um dos maiores problemas enfrentado é a falta de acompanhamento dos gestores quando falamos sobre a parte arquitetônica e podemos perceber também a falta de auxiliar na sala para ajudar aos professores para com estas crianças.

Com a experiência vivenciada pode-se notar que que existe ainda uma grande barreira quando falamos de inclusão onde que para melhor desenvolvimento da criança com deficiência na escola exige muito não so apenas dos professores, mas como também é de grande importância que escola, família, gestores, autoridades municipais e governamentais venham trabalhar em conjunto para que a criança venha se sentir incluída ao ambiente educacional, suprido as necessidades de cada um.

Verificamos que durante o relato houve uma preocupação no sentido do desenvolvimento educacional do aluno com deficiência.

Para Camelo (2008, p.94).

Devemos considerar que a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular não é um processo rápido e fácil, requer um investimento na preparação dos recursos humanos e mudanças atitudinais de todos que atuam direta ou indiretamente com esses educandos na escola.

O autor relata sobre a dificuldade de promover a aprendizagem dos educandos com deficiência, ele ressalta também que é de grande importância que a comunidade escolar venha de uma forma concreta contribuir no sentido de construir um ambiente favorável a inclusão de

alunos com necessidades especiais e cabe a sociedade percebê-los com cidadãos e que possam ter seus direitos e deveres adquiridos inclusive o acesso à uma educação de qualidade, com recursos, matérias didáticos e adaptações arquitetônicas.

## **5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, UMA VISÃO SOBRE AS NECESSIDADES DOS DOCENTES**

A educação Inclusiva, sempre buscou em sua origem uma marca diferente, podemos dizer a educação especial sempre foi compreendida como uma educação diferente, com isto ela deveria ficar a parte da educação em geral. Quando falamos em educação especial com o decorrer do tempo esta expressão em um ponto de vista foi considerada como anormal, diferente da educação que podemos ver hoje, diferenciada com alguns processos educativos específicos, isto também pode ser considerado com alunos as quais dela se beneficiam e estes alunos foram entendidos como pessoas deficientes, considerando-as pessoas sem capacidade de realização, onde não se consegue enxergar suas potencialidades, com isto elas eram obrigadas a viver afastadas de grupos sociais, longe das escolas regulares, pois o conceito a concepção de pessoas deficientes eram consideradas como pessoas inúteis e incapazes.

CAMELO (2008) as concepções errôneas sobre a educação especial perduraram por muito tempo e ainda encontra-se presentes na visão de grande parte das pessoas. Atualmente, compreende-se que a educação especial ela é vista de uma forma que não deve se esgotar nestas concepções, pois é de grande importância que ela venha ser parte integrante na educação geral. A evolução é grande quando falamos sobre atendimento as pessoas que apresentam necessidades especiais isto é o resultado de uma grande conquista de direitos, isto não foi fácil, não foi de uma hora para outra, houve uma grande luta pela aceitação a possibilidade de serem diferentes e ser aceitos como são e o que podem contribuir.

A sociedade é a grande responsável a dar valor, elegendo sua cultura com o modo de agir e de pensar destas pessoas que se encontram em um meio social. Podemos considerar que o papel da sociedade é considerar os membros como cidadãos legítimos, em uma sociedade que há justiça social, onde todos têm seus direitos garantidos e aceitar as diferenças e trata-las como algo normal.

Podemos considerar que a inclusão de alunos com deficiência na escola regular não é fácil e nem tom pouco rápida, para que a inclusão seja realmente efetivada é necessário que se trabalhe as diferenças dos alunos em geral, os direitos a educação inclusiva não envolvem apenas algumas crianças que apresentam alguma deficiência, mas sim todos os alunos independentemente de suas condições físicas as quais se encontram.

Dáí então surge a necessidade da formação, dos professores onde os mesmos iram vim de forma a permitir um processo educacional de qualidade.

Não se trata, pois, de se efetuar uma formação especializada em deficiências, com ênfase em etiologias, mas na diversidade de ritmos de aprendizagem, ou seja, o nosso ver, o professor deve ser e estar preparado para trabalhar com todos os alunos. (CAMELO, 2008, p.94)

De acordo com o autor ele diz que o professor deve ensinar aos alunos com deficiência da mesma forma que ensina alunos “sem deficiência diagnosticada”, ou seja o professor deve ter conhecimentos e trabalhar com igualdade, e compreender que a formação continuada pode e deve favorecer a implementação para com a proposta inclusiva, tudo isto vem se aliar as melhores condições de serviços de ensino, quando o professor se dispõe de suporte profissional, isto vem auxiliar no trabalho do professor.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se compreender que o termo “Educação Inclusiva” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem e perceber durante o estudo que as escolas devem buscar meios e formas de educar tais crianças bem sucedidamente. Neste estudo pode-se chegar à conclusão que o cenário da Educação Inclusiva na referida escola em estudo muitas vezes não vem contribuindo de forma ativa no apoio a Inclusão, os Atendimentos Educacionais devem ocorrer em todos os níveis de ensino escolar, em todas as escolas e assim venha oferecer uma educação de qualidade dando condições para que todas as crianças com necessidades especiais venham ter condições de desenvolver seu potencial, suas capacidades. É de grande importância que o compromisso e a responsabilidade social possa ocorrer efetivamente e que se venha colocar em prática todas as leis e direitos, só assim poderão exercer suas funções e serem inseridos em uma sociedade com igualdade para todos, e que não exista discriminação, pois somos todos iguais, assim que forem reconhecidos pelos governantes e por todos, quando não mas existir preconceito a criança com necessidades especiais podemos dizer que estamos vivendo em um mundo justo e acolhedor independentemente do ser deficiente ou não.

## 7. REFERENCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001**, acesso em: 10 de junho de 2015. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf).
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Núcleo de Educação Inclusiva, 2001**. Disponível em: [www.nei.ufp.br/dicas6.php](http://www.nei.ufp.br/dicas6.php).
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 13 jul. 1990.
- BATTISTELLA, Linamara Rizzo. **Conceito de deficiência**. Segundo a convenção da ONU e dos critérios da CIF. Secretaria de Estado dos Direitos da pessoa com deficiência. Acesso em 25 de junho de 2015. Disponível em: [www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/.../274.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/.../274.pdf).
- BORDAS, Miguel Angel Garcia, ZOBOLI, Fabio. **Reflexões sobre a produção social do conhecimento e as culturas inclusivas: O papel da avaliação**. Ed.EDUFBA, Salvador, 2009.
- CAMELO, Ana Íris Fernandes. **Educação Inclusiva: Uma visão sobre as necessidades dos docentes**. Ed. Idéia. João Pessoa, 2008.
- DUBOC, Oliveira Maria José, **Políticas de Inclusão de alunos com deficiência e avaliação de desempenho, pontos e contrapontos**. EDUFBA. Salvador, 2012.
- DÍAZ, Félix, BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma, MIRANDA, Therezinha. **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões Contemporâneas**. Ed. EDUFBA, Salvador 2009.
- ELISDORNELLAS, 2011. **Conclusão de Educação Inclusiva**. Disponível em: [www.trabalhosfeitos.com/.../conclusão-De-educação-inclusiva/59950.ht...](http://www.trabalhosfeitos.com/.../conclusão-De-educação-inclusiva/59950.ht...) Acesso em 25 de junho de 2015.
- INTRODUÇÃO **o debate acerca da educação inclusiva**. Disponível em: [www2.cefd.ufes.br/sites/www2.cefd.ufes.br/files/josé%20Abreu.pdf](http://www2.cefd.ufes.br/sites/www2.cefd.ufes.br/files/josé%20Abreu.pdf). Acesso em 25 de junho de 2015.
- INFORSATO, Edson do Carmo, SANTOS, Robson Alves dos. **A preparação das aulas**. In:Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Academica, 2011. Acesso em: 04 de Junho de 2015. Disponível em: [acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/585/1/01d15t06.pdf](http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/585/1/01d15t06.pdf).
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Escola Inclusiva, Pesquisa, Reflexões e desafios**. Idéia. João Pessoa, 2008.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Educação e Diversidade: Um Preâmbulo**. Ed. Ideia. João Pessoa, 2008.
- MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vista a educação inclusiva**. Ed. EDUFBA. Salvador, 2012.

- MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **Atendimento Educacional do aluno com Paralisia cerebral: A ótica e a Organização da Escola Regular**. Ed. Idéia. João Pessoa, 2008.
- MIRANDA, Terezinha Guimarães, FILHO, Teófilo Alves Galvão Filho, **O professor e a educação Inclusiva: Formação, práticas e Lugares**. EDUFBA. Salvador. 2012.
- NOVA ESCOLA, **gentequeeduca**, acesso em 01 de junho de 2015. Disponível em: revistaescola.abril.com.br/.../deficiência-intelectual/paginas/o-que-e.aspx.
- PPP**, Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima, 2014.
- PIMENTEL, Suzana Couto. **Formação de Professores para a inclusão, saberes necessários e percursos formativos**. Ed. EDUFBA. Salvador, 2012.
- Projeto de **Acessibilidade Virtual** RENAPI/NAPNE. Julho de 2010, acesso em 01 de junho de 2015. Disponível em: www.ifrs.edu.br/site/midias/.../201161510199578deficiência\_multipla.p
- ROCHA, Brito Telma, MIRANDA Theresinha Guimarães. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Uma análise do seu acesso e permanência**. Ed. EDUFBA. Salvador. 2009.
- SANTOS, Ligia Pereira dos, PEQUENO, Robson, **Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva**. Campina Grande, 2011.
- SANTOS, Jaciete Barbosa, **Inclusão e Preconceito, Possibilidades e limites para estudantes com deficiência**. EDUFBA. Salvador, 2012.
- SANT'ANA, Izabella Mendes, Educação Inclusiva: **Concepções de professores e direitos**. Acesso em: 02 de junho de 2015. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf.
- SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. **O papel das interações no processo de inclusão escolar**. Ed. ideia. João Pessoa, 2008.
- SCHIMCR, Carolina R., BROWNING Nádia, BERSCH Rita, MACHADO Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Física SEESP/SEED/MEC**.
- SANTOS. I. E. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.
- TUCUNDUVA, Cristiane Costa, CASTRO, Patricia Pereira Penkal de, ARNS, Elaine Mandelli. **A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente**. ATHENA. Revista Científica de Educação, v.10, nº 10, jan/jun. 2008. Acesso em: 21 de junho de 2015. Disponível em: https://pad.fgv.br/.../A%20importancia%20das...
- VALIM, Rosangela, TIOZZO, Arnaldo Ap. **A escola inclusiva: Não perderemos você, um relato de experiência**. Revista Pandora Brasil, Novembro, 2010, nº 24, p.1-5. Acesso em: 07 de julho de 2015. Disponível: revistapandorabrasil.com/revista-pandora/inclusão/escola-inclusiva.pdf.

## **ANEXOS**



## ANEXO A - FOTOS

**Foto 1 – Apresentações com alunos com necessidades especiais nos festejos folclóricos, culminância na semana do folclore realizada na Escola João Fernandes de Lima no mês de agosto.**



Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado João Fernandes de Lima.  
 Fonte: Professora da (SRM) Sala de Recursos Multifuncionais, Maria Zilda Medeiros.

**Fotos 2 – Atividades realizadas durante a semana de alunos com necessidades especiais na Sala de Recursos Multifuncionais SRM, onde são acompanhados pela professora Zilda Medeiros que acolhe estas crianças e da todo o atendimento e o acompanhamento com os alunos e pais de alunos que la frequentam.**



Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado João Fernandes de Lima. Fonte:  
 Professora da (SRM) Sala de Recursos Multifuncionais, Maria Zilda Medeiros.

**Foto 3 – Participação dos alunos com necessidades especiais no desfile cívico da Escola João Fernandes de Lima, realizado todo o ano no mês de setembro onde participam toda a equipe professor e alunos.**



Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado João Fernandes de Lima. Fonte: Professora da (SRM) Sala de Recursos Multifuncionais, Maria Zilda Medeiros.

**Foto 4 – Participação da turma da Escola João Fernandes em disputas de jogos escolares de alunos com necessidades especiais na posição de primeiro lugar com medalhas, troféus os quais foram conquistados por mérito dos mesmos.**



Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado João Fernandes de Lima. Fonte: Professora da (SRM) Sala de Recursos Multifuncionais, Maria Zilda Medeiros.

**Foto 5 – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima.**



Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima.  
Fonte: Escola João Fernandes.

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

#### PRO-REITORIA DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

#### Roteiro de entrevista semi-estruturada para professores (as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima.

Professor(a), a presente entrevista foi elaborada como requisito parcial para a conclusão do curso de pedagogia, oferecido pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, intitulado dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva, sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que segue abaixo. Sua identidade será preservada.

- 1- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- 2- Idade: \_\_\_\_\_
- 3- Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo
- 4- Situação Profissional: ( ) Efetivo concursado ( ) Efetivo sem concurso ( efetivado) ( ) Contrato temporário.
- 5- Faz planejamento semanal para administrar as aulas? ( ) Sim ( ) Não
- 6- O Município oferece cursos de aperfeiçoamento para que os professores consiga lidar com crianças que tem necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não
- 7- O professor está preparado para lidar com inclusão? ( ) Sim ( ) Não
- 8- Sua escola está adaptada com acessibilidade para acolher estas crianças com necessidades especiais?  
( ) Sim ( ) Não
- 9- A escola disponibiliza de materiais didáticos para ser utilizados com as crianças com necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não
- 10- Como você avalia o desempenho de seus alunos com necessidades especiais?  
( ) abaixo da média ( ) na média ( ) acima da média ( ) satisfatório

## APÊNDICE B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Telma Conrado Pinto, aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Parfor, sob a orientação do Prof. Mestre Wallene de Oliveira Cavalcante.

As informações obtidas com esta pesquisa contribuirão com o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado a **EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE LIMA.**

O objetivo principal deste trabalho é analisar a prática do (a) educador (a) na sala de aula na modalidade de Inclusão da Escola Municipal Deputado João Fernandes de Lima, situada a Avenida São Sebastião n° 182- centro – Capim/PB. Com a finalidade de contribuir para novos instrumentos e estratégias que venham melhorar a pratica pedagógica em sala de aula.

Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre este trabalho contatar a pesquisadora responsável, Telma Conrado Pinto. Endereço eletrônico: [telma.nascimento77@r7.com](mailto:telma.nascimento77@r7.com). Telefone: (83) 9128-8303.

### Autorização de pais ou responsáveis

Eu \_\_\_\_\_ declaro estar ciente do inteiro teor deste termo de consentimento e que autorizo inserção das fotos do aluno: \_\_\_\_\_ pelo qual sou responsável, sem custo algum, estou de acordo em participar do estudo proposto, de forma voluntária, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer danos, punição ou constrangimento.

Capim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_